



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 6.657, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2008.

Regulamenta o art. 310 da Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, dispondo sobre a remuneração dos empregados anistiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que retornarem ao serviço na administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[Art. 310 da MPv nº 441, de 2008.](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 310 da Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008,

DECRETA:

Art. 1º A fixação da remuneração do empregado de órgão ou entidade da União beneficiado pela [Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994](#), que retornar ao serviço na administração pública federal, direta, autárquica ou fundacional com fundamento no parágrafo único do art. 2º daquela Lei, seguirá o disposto neste Decreto.

Art. 2º Caberá ao empregado mencionado no art. 1º apresentar comprovação de todas as parcelas remuneratórias a que fazia jus na data de sua demissão, no prazo decadencial de quinze dias do retorno, as quais serão atualizadas pelos índices de correção adotados para a atualização dos benefícios do regime geral da previdência social, desde aquela data até a do mês anterior ao do retorno.

Art. 3º Não sendo válida, ou não havendo a comprovação referida no art. 2º, a administração pública fixará a remuneração do empregado:

I - pela recomposição da remuneração original, atualizada pelos índices de correção adotados para a atualização dos benefícios do regime geral da previdência social, desde a data do desligamento até o mês anterior ao retorno, do emprego, por meio do exame de registros fidedignos referentes ao empregado em poder da administração pública ou constantes da Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador, respeitados os limites máximos constantes do [Anexo CLXX da Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008](#); ou

II - na ausência dos registros de que trata o inciso I, pelo posicionamento na Tabela constante do Anexo deste Decreto, mediante análise do nível do emprego ocupado e contagem de tempo de serviço no emprego.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso II do **caput**, considerar-se-á o nível de instrução do emprego ocupado à época do desligamento.

§ 2º O posicionamento na Tabela constante do Anexo a este Decreto observará a contagem de tempo de serviço no emprego ocupado, à época do desligamento, a saber:

- I - até três anos, na referência A, do respectivo nível de emprego;
- II - de mais de três a menos de seis anos, na referência B do respectivo nível de emprego;
- III - de seis a menos de dez anos, na referência C do respectivo nível de emprego; e
- IV - dez ou mais anos, na referência D do respectivo nível de emprego.

Art. 4º É vedada a combinação da remuneração fixada nos termos do art. 2º com as parcelas remuneratórias de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 3º.

Art. 5º Não haverá pagamento de caráter retroativo.

Art. 6º Aos empregados de que trata o art. 1º serão devidos os auxílios transporte e alimentação, observadas as normas e regulamentos aplicáveis aos servidores públicos federais.

Art. 7º A partir da data do retorno, os valores das parcelas remuneratórias devidas aos empregados de que trata o art. 1º serão reajustados nas mesmas datas e índices da revisão geral dos vencimentos dos servidores públicos federais.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de novembro de 2008; 187^o da Independência e 120^o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
João Bernardo de Azevedo Bringel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.11.2008 e [retificado no DOU de 24.11.2008](#)

ANEXO

TABELA DE REFERÊNCIA

REMUNERAÇÃO DOS BENEFICIADOS PELA [LEI Nº 8.878, DE 11 DE MAIO DE 1994](#)

Em R\$

NÍVEL DO CARGO/EMPREGO	REFERÊNCIA	EFEITOS FINANCEIROS		
		ATÉ 30 DE JUNHO DE 2009	A PARTIR DE 1 ^o DE JULHO DE 2009	A PARTIR DE 1 ^o DE JULHO DE 2010
SUPERIOR	D	3.035,00	3.410,00	5.655,80
	C	2.697,78	3.031,11	5.027,38
	B	2.400,00	2.894,32	4.468,78
	A	2.250,00	2.300,00	2.350,00
INTERMEDIÁRIO	D	2.070,00	2.447,40	2.903,00
	C	2.050,00	2.175,47	2.580,44
	B	1.900,00	1.950,00	2.000,00
	A	1.650,00	1.750,00	1.850,00
AUXILIAR	D	1.591,56	1.796,00	2.008,50
	C	1.457,00	1.630,00	1.800,00
	B	1.200,00	1.519,06	1.650,00
	A	985,00	1.257,53	1.319,06